
Denis Bernardes

Professor no Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Pernambuco (CCSA/UFPE
– Recife/Brasil)
e-mail: denisb@ufpe.br

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das.

Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal (c.1808-1810).
São Paulo: Alameda, 2008. 364p.

Ao iniciar a leitura deste livro magistral – direi adiante o porquê desta qualificação – lembrei-me do parágrafo inicial de Guerra e Paz, de Tolstoi. Vale reproduzi-lo para ter presente como a sombra do Grande Corso cobriu a Europa de além Pirineus às estepes russas: “Pois bem, meu príncipe, Gênova e Luca não são mais que propriedades, domínios da família de Bonaparte. Não, previno-o que se me não me diz que estamos em guerra, se se permite ainda atenuar todas as infâmias, todas as atrocidades desse Antecristo (palavra de honra que estou convencida que o é) não quero mais nada com o senhor, não o considerarei mais meu amigo, não o terei mais como meu fiel escravo, como costuma dizer”. Assim, Tolstoi pôs nas palavras de Ana Pavlovna Scherer, dama de honra da imperatriz da Rússia, uma das muitas imagens criadas em torno de Napoleão Bonaparte, o *César do século*, como foi denominado por Varnhagen.

Tolstoi situou esta frase em 1805 e, mesmo guardando uma perspectiva européia, construiu, compreensivelmente, sua obra prima focada na história da Rússia atingida pelo turbilhão iniciado com a Revolução Francesa e da qual Napoleão foi o continuador nos diversos avatares de sua carreira política e de sua biografia.

Mas, como sabemos, as transformações históricas trazidas pela Revolução Francesa, na inevitável expansão da liquidação do Antigo Regime e na propagação e defesa da Grande Nação tiveram, também, conseqüências fundamentais na história do Novo Mundo. Naquele mundo que, até então, era domínio das coroas de Espanha e de Portugal. Para a Espanha com a captura e posterior abdicação de Carlos VII, para Portugal com a fuga da família real para o Brasil, em 1807. Acontecimentos que deram rumos diferenciados à liquidação do Antigo Sistema Colonial nos domínios americanos das duas respectivas metrópoles.

Fugindo para o Brasil, a monarquia de Bragança viu-se livre da ameaça de desaparecer, como desapareceram tantas outras monarquias européias diante da expansão napoleônica.

Na historiografia brasileira, voltada para os estudos do período que vai da fuga da corte até o final do Império de Napoleão Bonaparte, o interesse está centrado no que se passou nas terras da ainda então, América Portuguesa e, especialmente, em suas relações com os domínios da Espanha.

Mas o que se passou em Portugal desde a fuga da família real e desde que a sede da monarquia foi transferida para seus domínios na América? Desde que o território de Portugal foi invadido por tropas francesas, em um contexto histórico que não significava apenas uma disputa por domínio territorial, mas que estava carregado de projetos de transformações de toda a estrutura política e social do mundo do Antigo Regime?

Enquanto a família real estava no Brasil e até o final do império napoleônico, Portugal vivenciou três invasões por tropas francesas. Invasões, cada uma delas, de curta duração, marcadas mais por acomodações efêmeras e resistências *patrióticas*, do que por uma estabilização que permitisse o enraizamento dos ideais da Grande

Revolução, então encarnados em Napoleão, já entronizado como imperador dos franceses.

Realidade inteiramente nova, jamais antes vivenciada, inclusive, muito diferente do período da dominação espanhola (1580-1640), embora este estivesse presente na memória dos contemporâneos das invasões napoleônicas.

Como esta nova realidade foi percebida, expressa em reflexões políticas, tornada ato em adesões aos invasores – representantes de uma nova ordem política e, sobretudo social – ou de resistência aos mesmos, em nome dos valores, hierarquias e legitimidade da velha ordem?

Como esta nova realidade de uma experiência histórica tão profunda e que a tudo e a todos atingia foi elaborada intelectual e politicamente por uma população que se viu sem seu monarca, sem suas estabelecidas e tradicionais referências de legitimidade, de ordem, de poder e de hierarquias?

Como todas estas novas questões originadas em 1789 chegaram a Portugal trazidas, agora, pelas tropas francesas representantes de Napoleão Bonaparte, cuja vontade e decisão pareciam poder desenhar novas fronteiras políticas, destituir velhas dinastias e legitimar novos poderes?

O que pensar e o que fazer, como receber, reagir, conviver, com estes invasores que portavam as cores da Revolução, mas, igualmente, um domínio estrangeiro, marcado pela memória da irreligião, quando não, do ateísmo, do regicídio e do jacobinismo?

São estas e outras mais perguntas às quais este livro coloca e responde. Consegue, em primeiro lugar, trabalhar um tema novo, quase inexplorado, na colossal bibliografia internacional sobre Napoleão Bonaparte.

Mesmo sem sermos especialistas nesta área da historiografia nos perguntamos: mais um livro sobre Napoleão Bonaparte? Para dizer o que, ainda não sabido? Justamente, este livro revela muito do, até então, pouco conhecido sobre este personagem, visto não em sua biografia, já tão explorada, mas como foi percebido como ator histórico pelos que estavam diante de suas ações, em uma situação que tornava presentes e conflitantes, posições políticas de adesão ou recusa. De identificação e esperança de transformações da antiga ordem ou de sua manutenção. As descrições e análises sobre como as diversas categorias sociais e interesses – nobreza, clero, burguesia, povo miúdo – tomaram posição frente ao invasor dão a dimensão do quanto este livro incorpora da melhor tradição historiográfica sem sacrificar aos modismos interpretativos que ao pretenderem relativizar a possibilidade do saber histórico findam por torná-lo inútil e sem sentido. Quando trata das imagens construídas sobre Napoleão Bonaparte, de sua demonização, ou quase hagiografia de salvador da humanidade, estamos diante de um dos pontos altos deste trabalho. São os capítulos dedicados às elaborações políticas que atualizaram referências bíblicas e do saber mítico, recorrendo a imagens de todos conhecidas, mas que ganhavam nova expressão nos embates face ao invasor. Nesta minuciosa reconstituição desta batalha de impressos a autora partilha com seus leitores lições do saber ler os textos do passado, lições de arguta interpretação dos seus significados.

Mas, a qualidade deste livro não reside, unicamente, em revelar um quase desconhecido território da história. Sua qualidade está, também, na amplitude da pesquisa das fontes, textuais e iconográficas, no diálogo com a historiografia sobre o seu tema, na fina análise sobre as

diversas percepções presentes nas posições políticas dos que, no Portugal confrontado com o domínio francês, situaram-se face ao mesmo.

Este livro constitui um excelente exemplo do exercício do ofício do historiador. Sua leitura pelos estudantes dos cursos de história pode ser de grande utilidade. Mas, é certamente um livro para todos os que desejam saber do passado sem concessões jornalísticas e, por conseqüência, poder ver o presente, nosso igualmente terrível presente de mitos e manipulações midiáticas, com distância e crítica.

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves já havia dado preciosas contribuições à historiografia brasileira. Basta lembrar seu livro *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Este seu novo livro confirma suas grandes qualidades de historiadora e a inscreve na historiografia internacional sobre o Grande Corso.

Recebido para publicação em julho de 2009
Aprovado em agosto de 2009